

A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DIÁLOGO ENERGÉTICO UE-RÚSSIA: UMA ARQUITETURA EFICAZ?

PEDRO CAMACHO¹

RESUMO

A energia é uma das principais componentes das relações bilaterais entre a União Europeia e a Rússia. Desde a década de 1960, a Rússia, então União Soviética, celebrou os primeiros contratos a longo prazo para o fornecimento de gás com países europeus. Esta relação, estritamente comercial, evidenciou a importância do comércio de recursos energéticos para as economias russa e europeia, culminando na institucionalização da cooperação energética com a criação do Diálogo Energético UE-Rússia, em 2000. O Diálogo Energético tornou-se no principal fórum de discussão sobre a energia até à suspensão das relações bilaterais pela UE após a anexação da Crimeia pela Rússia, em 2014. Este artigo descreve a atividade desenvolvida pelo Diálogo Energético ao longo dos 14 anos da sua atividade, procurando analisar a eficácia da estrutura organizacional face ao trabalho desenvolvido e aos objetivos estabelecidos.

Palavras-chave: União Europeia, Rússia, Diálogo Energético, Energia, Cooperação energética.

Histórico do artigo: recebido em 01-04-2017; aprovado em 15-04-2017; publicado em 05-05-2017.

¹ Investigador no Projeto de Investigação “A Geopolítica do Gás e o Futuro da relação Euro-Russa - Geo4Ger” (FCT - PTDC/IVC-CPO/1295/2014), desenvolvido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa e o Instituto Português de Relações Internacionais, com a participação do Instituto de Defesa Nacional. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Portugal. E-mail: pedrocamacho@outlook.pt.

ABSTRACT

The organizational structure of EU-Russia Energy Dialogue: An effective architecture? Energy is one of the main components of bilateral relations between the European Union and Russia. Since the 1960s, Russia, then the Soviet Union, has signed the first long-term contracts for the supply of gas with European countries. This strictly commercial relationship has highlighted the importance of trade in energy resources for the Russian and European economies, culminating in the institutionalization of energy cooperation with the creation of the EU-Russia Energy Dialogue in 2000. The Energy Dialogue has become the main arena for discussion on energy issues until the suspension of bilateral relations by the EU, after the annexation of Crimea by Russia in 2014. This article describes the activity developed by the Energy Dialogue throughout the 14 years of its activity, seeking to analyze the effectiveness of the organizational structure vis-à-vis the work developed and objectives established.

Keywords: European Union, Russia, Energy Dialogue, Energy, Energy cooperation.

1. INTRODUÇÃO

A produção petrolífera na Rússia, plenamente desenvolvida na segunda metade do século XX, representou uma solução para o fornecimento energético de alguns países da Europa Central e de Leste, numa altura em que a Europa, após o duro processo de reconstrução a partir dos escombros da II Guerra Mundial, tinha vindo a assistir a um franco desenvolvimento económico. Assim, a década de 1960 marcou o início das relações energéticas entre a Europa e a Rússia, com a assinatura de vários contratos com países europeus para o fornecimento de gás natural e petróleo. Estes contratos eram estabelecidos enquanto acordos bilaterais de longo prazo, que permitiam a partilha dos riscos e asseguravam o financiamento necessário para o desenvolvimento da rede de infraestruturas, respeitando as diferenças institucionais das partes contratantes.

No entanto, dois aspetos alteraram essa dinâmica na década de 1990: a reforma do mercado russo, em virtude da desintegração da União Soviética, e a liberalização da indústria petrolífera na União Europeia, com o intuito de se avançar, progressivamente, para um mercado único de gás. Embora diferindo na sua extensão, a Rússia implementou medidas para reestruturar o seu setor: o aumento de preços no mercado

interno, o surgimento de um sistema dual de regulação e a permissão de algum grau de competição entre as empresas públicas e privadas (Boussena e Locatelli, 2013, p. 182).

Segundo os dados mais recentes, datados de 2015, a produção primária de crude e de gás natural na União Europeia apenas suprime 11,8 e 30 por cento das necessidades de consumo desses produtos, respetivamente (Eurostat, 2015). A UE, que importa 90,9% da sua energia, é obrigada a recorrer a diversos fornecedores no mercado internacional, entre os quais a Rússia, que exporta 60% do seu crude e 62% do seu gás natural para a União Europeia (EIA, 2015). Por seu turno, o crude e gás natural russos representam 27,3 e 30,6 por cento do consumo europeu, respetivamente, confirmando a Rússia enquanto um dos principais parceiros da União Europeia. O gás natural é um dos principais recursos energéticos para a União, confirmando o seu papel no desenvolvimento económico europeu, ao fornecer cerca de um terço da energia consumida pelos seus principais setores (Eurostat, 2015).

A importância das relações energéticas entre a União Europeia e a Rússia é, assim, atestada pela sua interdependência: se, por um lado, a primeira depende do petróleo e do gás natural provenientes da segunda para satisfazer as suas necessidades energéticas, por outro, a segunda depende do lucro gerado pela sua indústria petrolífera no decurso das vendas à primeira, que contribuem significativamente para a riqueza interna. Assim, ambas pretendem manter as suas relações, ainda que num contexto meramente comercial, por forma a garantirem a sua segurança energética, da perspetiva do aprovisionamento e da procura, respetivamente. A importância da energia continuará a representar uma oportunidade para a diplomacia económica, entre as partes.

Por a energia exercer um papel tão demarcado nas relações bilaterais, as partes decidiram oficializar e enquadrar a sua cooperação energética ao criarem o Diálogo Energético em 2000, capaz de acondicionar as diferenças entre as partes, num período que marcou o início da política russa de renacionalização do seu setor petrolífero e de gás natural, ao mesmo tempo que a União Europeia continuou a sua política de

liberalização do setor. O Diálogo Energético tornou-se num fórum de cooperação bilateral em matéria energética, até então inexistente.

Perante a suspensão das relações bilaterais entre a UE e a Rússia em 2014, devido à anexação da Crimeia pela Rússia e a manutenção do conflito no leste ucraniano, consideramos pertinente avaliar a eficácia da arquitetura institucional do Diálogo Energético, através de uma análise aos objetivos estabelecidos e ao trabalho desenvolvido ao longo dos seus primeiros 14 anos de atividade. Esta análise foi realizada com base no trabalho desenvolvido pelos coordenadores do Diálogo até 2005, assim como dos grupos temáticos e do Conselho Consultivo do Gás desde então, procurando dar resposta à questão que serve de mote ao título deste artigo. A reduzida literatura a nível internacional sobre a dinâmica institucional do Diálogo Energético obrigou-nos à leitura e ao tratamento dos documentos oficiais emitidos em sede do Diálogo Energético.

2. CRIAÇÃO DO DIÁLOGO ENERGÉTICO UE-RÚSSIA

A cooperação energética entre a UE e a Rússia começou a vislumbrar-se com a assinatura do Acordo de Parceria e Cooperação entre as partes, em 1994. O Acordo estabelecia as bases legais para o desenvolvimento das suas relações bilaterais em seis grandes domínios: diálogo político, comércio de mercadorias, atividade empresarial e financeira, cooperação económica, justiça e assuntos internos e cooperação cultural. A energia encontra-se enquadrada no domínio da cooperação económica, através das provisões do artigo 65.º, onde se afirma que “a cooperação neste domínio realizar-se-á no âmbito dos princípios da economia de mercado e da Carta Europeia de Energia, num contexto de integração progressiva dos mercados da energia na Europa,” lançando, assim, o ímpeto para o aprofundamento desta matéria pelas partes (JO L 327, 28.11.1997). O acordo entrou em vigor em 1997, com uma duração estipulada de dez anos².

² No entanto, as negociações sobre um novo acordo que o substituísse foram dificultadas pelas relações bilaterais entre a Rússia e os novos Estados-membros da UE que tinham estado sob o jugo soviético (Light, 2008, pp. 7-8), pelo que o Acordo de Parceria e Cooperação foi renovado numa base anual entre 2007 e a

Posteriormente, em junho de 1999, a UE emitiu uma estratégia comum para a Rússia, reconhecendo a importância estratégica das suas relações bilaterais com o país. A UE afirma que ambas têm “interesse em permitir que esta se integre num espaço económico e social comum na Europa”, contribuindo, para isso, o facto de a UE ser “o principal parceiro comercial da Rússia”, que “assegura uma parte considerável do fornecimento de energia da União” (JO L 157, 24.6.1999, p. 2). Sobre a energia, o documento assinala a pretensão da UE em cooperar com a Rússia na reforma do seu setor e na promoção da ratificação russa do Tratado da Carta da Energia (JO L 157, 24.6.1999, p. 6). Em 2000, a Rússia respondeu com o seu intuito em colaborar, através da sua *Estratégia a Médio-Prazo para as relações com a UE*, desde que esta não interviesse nos seus assuntos internos e a Rússia mantivesse o direito em salvaguardar os seus interesses nacionais e os setores entendidos como vitais para a sua economia (Lynch, 2004, p. 103).

O quadro para o aprofundamento das relações energéticas entre a UE e a Rússia viria a ser, oficialmente, estabelecido a 30 de outubro de 2000, em resultado da 6.ª cimeira UE-Rússia, considerando a ideia dos seus líderes políticos em “instituir, numa base regular, um diálogo sobre a energia que permitirá a realização de progressos na definição de uma parceria energética”, tornando-se “numa oportunidade para levantar todas as questões de interesse comum relacionadas com o setor” (CE, 2000). O seu surgimento “pretendeu colmatar a lacuna que emergiu da não-ratificação da Carta da Energia pela Rússia [...], tornando-se numa arena para a resolução rápida de problemas” (Romanova, 2014, p. 47). Os principais objetivos do Diálogo são “melhorar as oportunidades de investimento no setor energético, incluindo a abertura dos mercados energéticos”; “assegurar uma infraestrutura segura e adequada”; “facilitar um crescente uso de tecnologias e fontes de energia amigas do ambiente”; “promover a eficiência e a poupança energética, caminhando para uma economia de baixo carbono” e “trocar informação sobre iniciativas legislativas” (CE, 2016).

A UE pretendia, assim, promover reformas no mercado russo de energia, por forma a adequá-lo às normas internacionais, tornando-o mais transparente e não-

suspensão das relações bilaterais em 2014, no decurso da anexação da Crimeia pela Rússia e o estalar do conflito no leste ucraniano.

discriminatório e criando um ambiente propício à captação de investimento estrangeiro no setor energético. Dois pontos fulcrais estiveram na agenda: a atualização dos preços praticados pela Rússia, bastante diminutos face aos preços praticados a nível mundial, e a diferença na natureza dos mercados internos de energia, onde a UE promove e constrói um mercado livre e unificado, em contraste com o mercado russo, de caráter monopolista e influenciado pelo Estado (Genç, 2009, pp. 20-21).

3. OS PRIMEIROS ANOS (2000-2005)

Nos seus primeiros anos (2000-2005), o Diálogo Energético resumia-se aos dois coordenadores, cada um representando uma das partes, evidenciando a sua natureza intergovernamental. As suas atividades encontravam-se limitadas à elaboração de relatórios na véspera das cimeiras bilaterais e do Conselho Permanente de Parceria, demonstrando que “nenhuma cooperação regular tinha sido inicialmente estabelecida” (Romanova, 2014, p. 47). Neste período, foram estabelecidos dois grupos temáticos temporários para elaborar a agenda do Diálogo (2001) e a sua reformulação (2005), embora se encontrassem limitados para a concretização dos seus objetivos (Romanova, 2014, p. 47).

Nesta primeira fase, as discussões do Diálogo centravam-se em três questões principais: os contratos a longo prazo *take or pay*, os projetos estratégicos de interesse comum e o investimento. Em sentido lato, estas discussões objetivavam a garantia da segurança energética de ambas as partes, do ponto de vista da procura (Rússia) e do aprovisionamento (UE). No que respeita aos contratos a longo prazo³, reconheceu-se que a sua existência tem permitido garantir a segurança no fornecimento de gás à Europa pela Rússia, assim como o investimento necessário para a manutenção e desenvolvimento das infraestruturas ligadas à produção e transporte dessa fonte energética (UE-Rússia, 2001, p. 3). A Comissão Europeia frisou que estes contratos são

³ Os contratos a longo prazo *take or pay* providenciam “que um comprador deve pagar por quantidades específicas de energia (gás, por exemplo) a um vendedor, mesmo que o comprador não queira ou não possa receber essas quantidades” (Polkinghorne, 2014, p. 1). Estas condições permitem “ao vendedor garantir um fluxo de receitas em termos pré-determinados”, por forma a possibilitar-lhe o capital necessário para investir nas infraestruturas (Polkinghorne, 2014, p. 2).

“indispensáveis”, pelo que viria encetar os esforços necessários para acompanhar a situação e assegurar todas as condições, especialmente financeiras, para a sua manutenção, nos primeiros anos da década de 2000⁴. Ambas as partes negociaram, ainda, a existência da “cláusula de destino” nos contratos, desejando que esta fosse emendada ou mesmo suprimida (UE-Rússia, 2002a, p. 2) e sublinharam que os contratos se enquadrariam no novo mercado interno de gás que estava a ser criado pela UE (UE-Rússia, 2002b, p. 2).

Estes contratos são vitais para o desenvolvimento da rede. As partes defenderam novos projetos estratégicos de produção e de transporte de energia, considerando-os como de interesse comum, e o acesso não-discriminatório às redes de transporte pela Rússia, por forma a assegurar a eficácia do mesmo. Estes projetos incluíam os gasodutos Transeuropeu Setentrional e o Yamal-Europe (troço polaco-bielorrusso), o campo de produção de Shtokman e os oleodutos Burgas-Alexandrópolis e Druzhba (troço Adria) (UE-Rússia, 2001, pp. 2-3). As partes entenderam ser crucial a diversificação das rotas de transporte entre si, pelo que deveriam garantir as condições necessárias para o desenvolvimento destes projetos⁵. Em 2002, o projeto do gasoduto do Norte da Europa (Nord Stream⁶) foi considerado como prioritário, dentro das Redes Transeuropeias, beneficiando do financiamento europeu para o desenvolvimento de um estudo sobre o seu impacto ambiental no Mar Báltico (UE-Rússia, 2003, p. 4).

O desenvolvimento destes projetos está intimamente ligado a investimentos de larga escala, que não dependem exclusivamente dos contratos a longo prazo, mas também do investimento direto estrangeiro. Estes investimentos são essenciais para renovar e ampliar a rede de infraestruturas, resolvendo os problemas técnicos

⁴ A rede de transporte foi alvo de uma monitorização constante para a definição dos projetos prioritários de atualização e otimização da rede, conduzidas pelas partes e os países de trânsito (UE-Rússia, 2001, pp. 3-4), através do financiamento em cerca de 3 milhões de euros (UE-Rússia, 2004, p. 6).

⁵ Nesse sentido, foi criada uma equipa especializada para avaliá-los quanto aos requisitos técnicos, ao financiamento e ao tempo necessário para a sua execução, consultando as partes interessadas. Para além disso, pretendeu-se que esta equipa garantisse o investimento necessário para os projetos, através de reuniões com entidades governamentais, instituições financeiras e empresas do setor energético (UE-Rússia, 2002a, pp. 2-3). O resultado dessa avaliação reconheceu que os projetos são de interesse comum, recomendando que a lista fosse alargada a outros potenciais projetos, e sugeriu a criação de “um fundo de garantia de decisão arbitral”, que salvaguardasse as partes contratuais quanto aos seus direitos (UE-Rússia, 2002b, p. 1).

⁶ Gasoduto, operacional desde 2011, que liga diretamente a Rússia à Alemanha pelo mar Báltico, ao longo de 1 224 km, com uma capacidade de 55 bcm por ano (Nord Stream AG, s.d.).

resultantes da sua antiguidade e da sua capacidade diminuta para responder à procura europeia dos hidrocarbonetos russos, e garantir, assim, o seu bom funcionamento (Genç, 2009, p. 27). Discutiu-se a necessidade de assegurar um ambiente favorável ao investimento no setor energético, através da eliminação de barreiras legais e fiscais e da adoção de outros mecanismos de financiamento⁷, para “melhorar a produção nos campos em atividade, atualizar as refinarias de petróleo, construir novas e atualizar antigas usinas, e otimizar a infraestrutura de transporte de energia” (UE-Rússia, 2005a, p. 4).

A Rússia acordou em implementar medidas para melhorar o quadro normativo nesta matéria, como a criação de nova legislação e a aplicação das regras necessárias, nomeadamente no que se refere aos Acordos de Produção Partilhada, a fim de criar condições para a atração de capital a curto prazo (UE-Rússia, 2001, p. 3). Em 2002, recordou-se a necessidade de serem criadas propostas para alterar o código fiscal e demais legislação referente a estes acordos, a fim de ser apreciada na 10.^a cimeira bilateral a 11 de novembro, para possibilitar “o acesso não-discriminatório às redes de transporte de energia,” assim como “a implementação de projetos de energia por forma a facilitar a atividade empreendedora nos setores da exploração, produção e transporte de energia, como, por exemplo, através de *joint ventures* e concessões” (UE-Rússia, 2002a, p. 1).

Com vista a esse objetivo, o Ministério da Economia russo criou um organismo que “facilita as relações dos investidores com todos os níveis da administração”, através da simplificação de “procedimentos administrativos e de licenças” (UE-Rússia, 2001, p. 4). Em 2004, a Rússia tinha realizado algumas reformas para tornar as oportunidades de investimento mais competitivas e atrativas, embora algumas empresas do país tivessem dificuldade na obtenção de financiamento de capital estrangeiro a longo prazo⁸ (UE-

⁷ A entrada em vigor do Protocolo de Quioto ofereceu oportunidades para a realização de investimentos promotores da eficiência, poupança e gestão do consumo energético, para as quais contribuiu uma estreita “cooperação nas boas práticas e em tecnologias de energia mais eficientes” pela indústria, um dos principais setores consumidores, atendendo ao clima da subida de preços do petróleo e outras matérias-primas à época (UE-Rússia, 2005a, p. 4).

⁸ Com efeito, o investimento ainda enfrentava diversos problemas em 2006, sentindo-se a necessidade de uma análise mais aprofundada quanto à utilização e exploração dos subsolos, ao enquadramento fiscal e aos projetos conjuntos (UE-Rússia, 2006a, p. 4).

Rússia, 2004, p. 4). Por forma a contornar tais dificuldades, foi desenvolvido um estudo para a criação de um mecanismo de garantias, com o objetivo de reduzir os riscos não-comerciais dos investimentos (UE-Rússia, 2004, pp. 4-5). Uma “apropriada partilha do risco” na construção de infraestruturas e o desenvolvimento de campos de produção foram tidos como elementos fulcrais para assegurar as condições necessárias ao investimento em projetos desta envergadura (UE-Rússia, 2006a, p. 4). Em 2008, a Rússia adotou medidas fiscais que visavam estimular o setor petrolífero e comprometeu-se em criar as regulações necessárias para a implementação da sua nova política de investimento estrangeiro no setor energético (UE-Rússia, 2008a, p. 5).

4. PRIMEIRA REESTRUTURAÇÃO (2005-2006)

A necessidade de aprofundar as temáticas abordadas no quadro do Diálogo impeliu à sua primeira reestruturação em 2005, por iniciativa da presidência britânica do Conselho da UE, no segundo semestre desse ano, que definiu o reforço das relações com a Rússia como uma das suas prioridades (Government of the UK, 2005). Nesse sentido, foram delineadas novas linhas orientadoras para o Diálogo Energético, como a inclusão de grupos temáticos que reunissem oficiais, empresários e académicos, especializando as suas discussões (Genç, 2009, p. 20). Assim, foram criados quatro grupos temáticos permanentes: a) Eficiência Energética, b) Infraestruturas de Energia, c) Investimentos e d) Comércio (Figura 1).

O Grupo Temático sobre Eficiência Energética tinha como objetivo discutir “a legislação e regulamentação necessária” nesta área, “as ações para criar ou reforçar as estruturas e capacidades [a nível] local e regional”, “os incentivos económicos e financeiros para encorajar a eficiência energética” e “as oportunidades oferecidas pelos mecanismos do Protocolo de Quioto” (UE-Rússia, 2005b, p. 1). Em 2006, foram lançadas as bases para a Iniciativa para a Eficiência Energética, que procurou promover e apoiar projetos de eficiência energética. No seu primeiro relatório, o grupo efetuou uma análise sobre o estado da eficiência energética e definiu medidas que a confirmaram como uma componente importante para a segurança energética, como a criação de

incentivos fiscais e a implementação de tecnologias eficientes nos edifícios (UE-Rússia, 2006b, pp. 1-6). Para a sua concretização, foi delineado um plano de ação, que incluía a elaboração de estudos e análises, a preparação de um fundo de investimento e o estabelecimento de parcerias (UE-Rússia 2006b, 6-9).

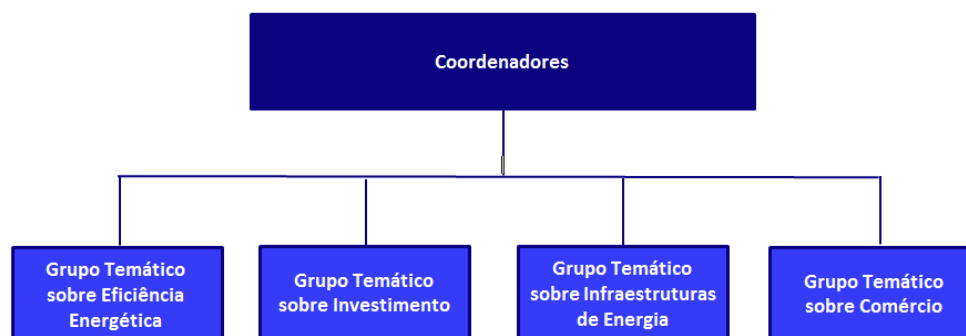


Figura 1 – Organograma da estrutura organizacional do Diálogo Energético entre 2005 e 2006. Fonte: Camacho (2016).

O Grupo Temático sobre Infraestruturas de Energia pretendeu discutir as infraestruturas existentes para o transporte dos hidrocarbonetos, incluindo a avaliação de projetos de beneficiação da rede e a proposta de novas rotas estratégicas, assim como o transporte de petróleo por outras vias para além das condutas e a produção e interconexão elétrica (UE-Rússia, 2005d, p. 1). Em 2006, emitiu um relatório onde constatou a interdependência energética entre a UE e a Rússia e avaliou as infraestruturas existentes e as suas perspetivas de desenvolvimento no futuro, desde a produção até ao consumo, no que se refere ao gás, ao petróleo e à eletricidade. O relatório identificou três projetos de interesse comum – Nord Stream, campo de gás condensado de Shtokman e o Yamal –, e recomendou atividades conjuntas, como a harmonização dos sistemas de condutas e análises à rede e a futuros investimentos⁹ (UE-Rússia, 2006d, pp. 4-8).

⁹ Os trabalhos continuaram com o subgrupo sobre Projetos de Infraestruturas e Comércio de Energia, enquadrado no Grupo Temático sobre o Desenvolvimento dos Mercados de Energia, que o substituiu em 2007.

O Grupo Temático sobre o Investimento tinha como objetivo analisar as necessidades de investimento no setor energético da UE e da Rússia. Para o seu cumprimento, os trabalhos foram divididos em três subgrupos, cada um destinado a encontrar soluções para as seguintes questões: “melhoria do enquadramento legal e regulatório”, “mecanismos para financiar projetos conjuntos” e “otimização fiscal para atrair investimento” (UE-Rússia, 2005c). Os resultados preliminares foram descritos em relatório, emitido em 2006, expondo em detalhe as condicionantes do setor energético russo, que confirmariam a urgência de investimento – o risco de esgotamento das reservas, a degradação das infraestruturas, o aumento do consumo interno e as exigências do mercado externo – apresentando soluções para ultrapassar estes obstáculos¹⁰ (UE-Rússia, 2006c, pp. 2-4). O grupo sugeriu um “envolvimento mais ativo das empresas de energia da UE no setor energético russo”, por forma a estimular investimentos estratégicos, que seriam complementados pela execução de outras ações, como a “otimização de taxas, tarifas e preços de energia” ou a utilização do fundo de investimentos russo para a execução de projetos de interesse nacional¹¹ (UE-Rússia, 2006c, pp. 10-11).

Por último, o Grupo Temático sobre o Comércio procurou discutir todos os produtos energéticos do ponto de vista comercial, definindo como tarefas a realização de uma análise sobre o comércio energético, a avaliação de possíveis obstáculos ao mesmo e a elaboração de recomendações para a eliminação desses constrangimentos (UE-Rússia, 2005e, p. 1). Esta avaliação foi desenvolvida no relatório de 2006, onde as partes recomendaram a utilização de alguns instrumentos de mercado e o “desenvolvimento de um diálogo direto entre fornecedores e consumidores” no setor petrolífero. No setor do gás natural, recomendou-se investir na reciprocidade de regras

¹⁰ Essas soluções consistiam na “identificação clara dos depósitos e zonas geográficas sensíveis e estratégicas”, “a classificação das reservas dos recursos naturais de acordo com a metodologia das Nações Unidas”, a aplicação de “princípios de seleção dos candidatos e participantes para a implementação de projetos energéticos de larga escala”, a definição “[d]o âmbito e [d]as condições para a aplicação dos Acordos de Produção Partilhada”, a participação de investimento privado e o acesso não-discriminatório à rede (UE-Rússia, 2006c, pp. 6-7).

¹¹ Apesar da sua curta existência de apenas um ano, os trabalhos foram continuados pelo subgrupo sobre Investimento, enquadrado no Grupo Temático sobre o Desenvolvimento dos Mercados de Energia, que o substituiu em 2007.

e mecanismos entre a UE e a Rússia e na garantia da igualdade no tratamento e no acesso às oportunidades pelos atores económicos¹² (UE-Rússia, 2006e, pp. 2-4).

5. SEGUNDA REESTRUTURAÇÃO (2007-2011)

A segunda reestruturação ocorreu após a interrupção no fornecimento de gás à Ucrânia em 2006, com o objetivo de fortalecer a orgânica do Diálogo, resultando na manutenção do grupo sobre Eficiência Energética e a criação de dois novos grupos temáticos: Estratégias, Previsões e Cenários, e respetivo subgrupo sobre Questões Económicas da Energia; e Desenvolvimento dos Mercados de Energia, e respetivos subgrupos sobre Investimento e sobre Projetos de Infraestruturas e Comércio de Recursos Energéticos, criados em maio de 2008 e que substituíram os restantes grupos temáticos anteriores, e o grupo *Ad Hoc* sobre Eletricidade, constituído em 2009. Os grupos afirmaram-se, assim, como um espaço privilegiado e regular para a discussão de ideias e a troca de informação entre especialistas, oficiais e empresários de ambas as partes (Romanova, 2014, p. 48). Assim, até finais de 2011, a orgânica do Diálogo compreendia os três grupos temáticos (e respetivos subgrupos), hierarquicamente dependentes dos coordenadores e dos coordenadores delegados, que se encontravam apoiados por um Secretariado conjunto da Comissão Europeia e do Ministério russo da Energia (Figura 2).

Com esta reestruturação, o Grupo Temático sobre Eficiência Energética foi reforçado com a definição de novos objetivos: monitorizar o futuro plano de ação conjunto para a eficiência energética, cooperar em diferentes níveis nas tecnologias de eficiência energética e na redução da emissão de gases com efeito de estufa, facilitar o investimento e promover uma “compreensão aprofundada das abordagens e métodos para o uso da eficiência energética, como meio para assegurar a segurança do fornecimento energético numa base sustentável e de custo efetivo” (UE-Rússia, 2007b, p. 1). Nesse ano, foram analisados os dados referentes à eficiência energética de ambas

¹² A continuidade dos trabalhos foi assegurada pelo subgrupo sobre Projetos de Infraestruturas e Comércio de Energia, enquadrado no Grupo Temático sobre Desenvolvimento dos Mercados de Energia, que o substituiu em 2007.

as partes e apresentadas duas iniciativas por representantes da UE e do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, respetivamente: a Plataforma para a Cooperação Internacional sobre a Eficiência Energética e a Iniciativa para a Energia Sustentável na Rússia¹³ (UE-Rússia, 2007a, p. 6).



Figura 2 – Organograma da estrutura organizacional do Diálogo Energético entre 2007 e finais de 2011.

Composição dos grupos temáticos em finais de 2007. Fonte: Camacho (2016).

Em 2008, o grupo elaborou um relatório sobre os desenvolvimentos nesta matéria pela Rússia e a UE, as atividades implementadas nos planos anteriores e as atividades programadas para 2008-2009, cuja informação permitiu às partes uma partilha enriquecedora de informação e experiências para a prossecução da Iniciativa para a Eficiência Energética (UE-Rússia, 2008a, p. 6). O grupo reuniu-se novamente por três vezes, até finais de 2009, para discutir o “desenvolvimento de políticas, estratégias, legislação e regulamentos sobre eficiência energética e energias renováveis” e os

¹³ A primeira foi estabelecida em 2009 no quadro do G8 (IPEEC, 2016), enquanto a segunda iniciativa financiou 102 projetos no valor de 2,4 biliões de euros, por forma a permitir uma poupança energética de 9 Mtoe na Rússia (EBRD, 2013).

diferentes meios de cooperação internacional, assim como para analisar os projetos de interesse comum concluídos e em estudo¹⁴ (UE-Rússia, 2009, p. 8; CE, 2010, p. 23).

Com o advento da crise económica e financeira de 2008, o grupo analisou as suas consequências para o setor energético, destacando o “decréscimo no consumo energético na Rússia e na UE”, a diminuição dos preços do gás e a flutuação dos volumes de exportação (UE-Rússia, 2010a, p. 6). O seu trabalho estendeu-se, igualmente, no apoio ao desenvolvimento de diretrizes para a cooperação bilateral nesta matéria, através do “estabelecimento e melhoria de um sistema de monitorização de gestão e eficiência energética na Rússia”, do “desenvolvimento de ferramentas de apoio financeiro e não-financeiro” e da “certificação e padronização da eficiência energética” entre as partes (CE, 2011, p. 24). Ainda nesse ano, o grupo preparou a sua contribuição para a Parceria para a Modernização¹⁵ e o 10.º aniversário do Diálogo Energético, com propostas de cooperação relacionadas com a eficiência energética e as energias renováveis (CE, 2011, p. 24).

O Grupo Temático sobre Desenvolvimento dos Mercados de Energia pretendeu “promover a confiança e a transparência” através da troca de informações, “promover uma maior segurança e previsibilidade dos mercados energéticos”, “avaliar as possíveis barreiras ao comércio de energia” e “avaliar os possíveis obstáculos ao investimento na energia” e “ao desenvolvimento de mercados de energia eficientes” (UE-Rússia, 2007c, p. 2). Na sua primeira reunião, em setembro de 2007, foram discutidos os regulamentos existentes no mercado, o comércio de produtos nucleares, o investimento e as novas alterações na legislação implementadas por ambas as partes, destacando-se a iniciativa europeia na criação de um mercado interno de gás e de eletricidade. Do mesmo modo, a Rússia informou a UE quanto às suas iniciativas legislativas sobre a energia (UE-Rússia, 2007a, pp. 3-4).

¹⁴ Nesse sentido, o grupo realizou dois seminários em Moscovo, em outubro e dezembro de 2008, sobre a certificação das energias renováveis e a partilha de boas práticas por empresas do setor (UE-Rússia, 2009, p. 9).

¹⁵ A Parceria para a Modernização foi lançada na 25.ª cimeira em Rostov-on-Don, na Rússia, que decorreu entre 31 de maio e 1 de junho de 2010. A nova Parceria procurou impulsionar o crescimento e a competitividade na UE e na Rússia, continuando o trabalho desenvolvido pelos Espaços Comuns, e servir de plataforma para as negociações do novo acordo bilateral para substituir o Acordo de Parceria e Cooperação, assinado em 1994. Porém, a Parceria falhou em concretizar o seu objetivo principal.

Estas questões continuaram a pautar as reuniões seguintes, priorizando-se a troca de informação sobre as novas iniciativas legislativas e o seu impacto nos mercados internos das partes, considerando “o tratamento dado aos investidores estrangeiros” e a possibilidade de convergir as normas regulatórias para impulsionar a competitividade (UE-Rússia, 2008a, p. 5). Em 2009, essas tarefas foram estendidas para a obtenção de “informação sobre o desenvolvimento de mercados energéticos regionais na Europa”, a análise das “perspetivas para a criação de um mercado único de eletricidade na UE e na Comunidade dos Estados Independentes” e das consequências da “crise financeira no desenvolvimento dos mercados de energia” (UE-Rússia, 2009, pp. 7-8).

O Subgrupo sobre Investimento foi criado em maio de 2008, almejando a troca de informações sobre as tecnologias disponíveis e a identificação de oportunidades de investimento para melhorar a eficiência energética (UE-Rússia, 2008a, pp. 4-6). Em 2009, o subgrupo definiu as principais linhas orientadoras do seu trabalho (CE, 2010, p. 23), discutindo o investimento à luz dos desenvolvimentos no setor energético, como o Terceiro Pacote de Energia da UE¹⁶ e as leis russas sobre os solos e os setores estratégicos (UE-Rússia, 2010b, p. 3), bem como elaborar recomendações para o encontro do 10.º aniversário do Diálogo (CE, 2011, p. 24) e o Roteiro para a Cooperação Energética até 2050 (UE-Rússia, 2011b, p. 4).

O Subgrupo sobre Projetos de Infraestruturas e Comércio de Recursos Energéticos procurou discutir “propostas para atualizar a lista conjunta de projetos prioritários de infraestruturas de interesse comum e tomar em consideração a necessidade de atualizar as infraestruturas existentes” (UE-Rússia, 2008a, p. 5). O grupo reuniu-se pela primeira vez em 2010, onde foram debatidos e discutidos o estado dos oleodutos e gasodutos (atuais e planeados), os vários programas e estratégias ligados à energia¹⁷ e as iniciativas legislativas da UE, como o regulamento sobre a segurança no aprovisionamento do gás (UE-Rússia, 2010a, p. 10; CE, 2010, p. 23). No tocante ao

¹⁶ O Terceiro Pacote de Energia consiste num pacote legislativo da União Europeia para tornar o seu mercado interno de energia mais eficaz, por forma a criar um mercado único do gás e da eletricidade. Entrou em vigor em 2009.

¹⁷ Como o Programa Energético Europeu para o Relançamento, as redes transeuropeias de energia e as Redes Europeias de Operadores de Redes de Transportes para a eletricidade e gás.

comércio de recursos energéticos, o subgrupo seguiu as indicações oferecidas pelo relatório do anterior Grupo Temático sobre Comércio, ressaltando que a otimização das facilidades ao serviço da exportação, as operações *swap* e a diminuição de restrições quantitativas incrementariam as trocas comerciais e permitiriam o desenvolvimento das negociações sobre a relação entre fornecedores e consumidores (UE-Rússia, 2010a, p. 8; CE, 2011, p. 24; CE, 2012, p. 21).

O Grupo *Ad Hoc* sobre Eletricidade teve como propósito “elaborar recomendações e propostas sobre os mecanismos de coordenação para as organizações de infraestruturas no setor elétrico da UE e da Rússia” (UE-Rússia, 2010b, p. 3). A sua primeira reunião decorreu a 20 de outubro de 2010 com o propósito de discutir o estado atual e o futuro dos mercados elétricos e a operação conjunta das partes nos sistemas energéticos (UE-Rússia, 2010b, p. 3).

O Grupo Temático sobre Estratégias, Provisões e Cenários enquadrou todos os assuntos relacionados com as previsões e os cenários energéticos, as prioridades estratégicas e as oportunidades da relação energética entre a UE e a Rússia (UE-Rússia, 2007d, p. 3). O seu trabalho incidiu em duas vertentes. A primeira prendeu-se com a partilha “de visões e a preparação de propostas para o desenvolvimento de estratégias, previsões e cenários da energia,” garantindo, assim, “um nível de coerência” no seu desenvolvimento, que contribuísse para o bom funcionamento do setor. A segunda consistiu em prestar “assistência na promoção da troca de informação e monitorização do sistema para assegurar a melhoria na transparência e confiança mútua nas questões relacionadas com a energia,” que permitissem uma “identificação atempada” e uma “análise conjunta dos potenciais problemas” e das “questões críticas atuais da procura e do aprovisionamento de energia”¹⁸ (UE-Rússia, 2008a, p. 2).

O grupo reuniu-se pela primeira vez em setembro de 2007, onde a Rússia apresentou os dados mais recentes sobre a energia e a sua intenção de elaborar uma nova estratégia energética até 2030, que prevê um aumento das exportações de petróleo e gás natural para a UE, enquanto esta, por seu turno, apresentou o seu mais recente plano de ação para a política energética, o Plano de Ação sobre Segurança

¹⁸ Para tal, o grupo foi auxiliado pela disponibilização de dados dos serviços de estatísticas da Rússia e da UE, da Agência Internacional de Energia e de empresas do setor (UE-Rússia, 2008a, p. 3).

Energética e Solidariedade, que ressaltava a importância da segurança no aprovisionamento energético (UE-Rússia, 2007a, pp. 2-3). Em 2008, o grupo discutiu os cenários e previsões para o setor energético, tendo contribuído para a discussão uma linha-base para os cenários e a apresentação de dois cenários inovadores (perante a subida dos preços dos hidrocarbonetos e a descida da taxa de crescimento do PIB), desenvolvidos pela parte russa. As partes consideraram, também, a harmonização das suas estratégias energéticas, definindo como assuntos de interesse comum as condições atuais de produção e consumo, as opções disponíveis para o desenvolvimento do setor, o mercado de gás, a segurança no fornecimento de gás russo à Europa e as perspetivas no fornecimento de petróleo russo, atendendo às tendências mundiais (UE-Rússia, 2008b).

Em 2010, o grupo reuniu-se para discutir a nova estratégia energética russa para 2030, as previsões da Comissão Europeia e outras entidades para a energia até 2030, o impacto da crise económica e financeira e a cooperação com o Grupo Temático sobre a Eficiência Energética (CE, 2010, p. 23). Como resultado deste último ponto, as partes acordaram que seria necessário aprofundar a discussão em torno do aumento da eficiência energética até 2050, o impacto das medidas tomadas nesse sentido e o tratamento de dados (UE-Rússia, 2010c, pp. 1-2). No ano seguinte, o grupo organizou três reuniões para a troca de dados sobre as estratégias energéticas da Rússia e da UE para os anos seguintes (UE-Rússia, 2011b, p. 4) e a preparação de um relatório sobre o novo *Roteiro para a Cooperação Energética UE-Rússia até 2050* (CE, 2012, p. 21).

O Subgrupo sobre Questões Económicas da Energia foi criado em dezembro de 2008, no decurso da reunião do Diálogo Energético de outubro de 2007, com a finalidade de esclarecer e analisar os seguintes tópicos: previsões de consumo energético, prioridades das estratégias energéticas da UE e da Rússia, resultados e oportunidades da cooperação energética, e a troca de informações e de sistemas de monitorização (UE-Rússia, 2007a, p. 3). O trabalho a desenvolver visava analisar a procura de petróleo e gás natural pela UE e a capacidade da Rússia em satisfazê-la até 2030, bem como as necessidades de investimento (UE-Rússia, 2008a, p. 3). O subgrupo reuniu-se pela primeira vez a 17 de fevereiro de 2009, onde foi acordada a realização

de estudos comparativos sobre o impacto da crise financeira (CE, 2009, p. 20). A UE “facultou à parte russa e a especialistas independentes informação detalhada sobre métodos, instrumentos e um modelo de estudo do desenvolvimento da indústria energética,” tendo sido, igualmente, consideradas as atividades de várias entidades (Agência Internacional de Energia, Eurogas e Universidade de Grenoble) e a informação fornecida pela Universidade de Atenas quanto a modelos de estudos energéticos (PRIMES, PROMETHEUS e GEM-E3).

Posteriormente, foi apresentado o esboço da Estratégia para a Energia da Rússia até 2030, que suscitou várias dúvidas aos presentes quanto às diretrizes dos cenários, aos seus objetivos e prioridades e às linhas orientadoras da estratégia sobre a indústria elétrica (UE-Rússia, 2009, pp. 5-6). Em 2010, os trabalhos prosseguiram com “a análise de informação substancial relacionada com cenários, previsões e modelos” sobre a situação energética. Esse trabalho, detalhado em três relatórios, auxiliou o grupo temático na sua avaliação sobre as políticas e estratégias energéticas da UE e da Rússia (UE-Rússia, 2010c, p. 2).

6. TERCEIRA REESTRUTURAÇÃO (2011-2014)

Em 2010, foi anunciada a terceira reestruturação, em virtude da interrupção ao fornecimento de gás à Ucrânia no início do ano anterior. A reestruturação introduziu três mudanças no mapa institucional do Diálogo. A primeira afetou a distribuição dos grupos temáticos, que passaram de três para quatro: a) Eletricidade e b) Energia Nuclear, que substituíram o grupo sobre o Desenvolvimento dos Mercados de Energia; c) Mercados de Energia e Estratégias, e respetivos subgrupos sobre Cenários e Previsões e as Relações UE-Rússia até 2050, que substituíram o grupo sobre Estratégias, Previsões e Cenários e o seu subgrupo; e d) Eficiência Energética e Inovação, que resulta de um reforço do anterior grupo sobre a Eficiência Energética. A segunda introduziu a Parceria para a Modernização no quadro do Diálogo, pela sua pretensão em transformar a Rússia numa economia de inovação, para a qual contribuiria, de sobremaneira, o desenvolvimento dos mercados de energia elétrica e nuclear. A

terceira instituiu o Conselho Consultivo do Gás, como grupo de apoio aos coordenadores do Diálogo (Romanova, 2014, p. 49). As alterações foram estabelecidas em 2011 e entraram em vigor no final desse ano (Figura 3).

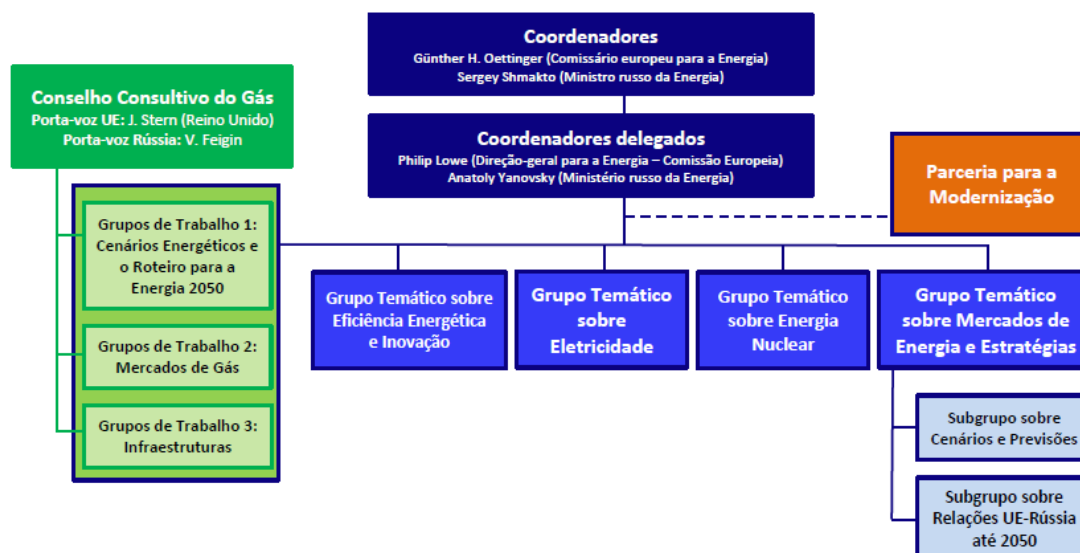


Figura 3 – Organograma da estrutura organizacional do Diálogo Energético entre finais de 2011 e 2014.

Fonte: Camacho (2016).

O Grupo Temático sobre Eficiência Energética e Inovação prosseguiu a troca de informações sobre quadros legislativos e regulamentares, “compartilhando a experiência, o conhecimento e a cooperação em projetos de eficiência energética, poupança de energia, fontes de energia renovável [e] queima de gás.” (CE, 2013, p. 22). Reuniu-se pela primeira vez em abril de 2012 para discutir a implementação do plano de trabalho e reforçar a cooperação bilateral sobre a eficiência energética e energias renováveis, discussão que prosseguiu na segunda reunião em outubro desse ano (CE, 2013, p. 22). Em 2014, o grupo discutiu a legislação da UE para “a rotulagem energética, a eficiência energética dos edifícios, os requisitos de conceção ecológica e a promoção das energias renováveis” (UE-Rússia, 2014, p. 6).

O Grupo Temático sobre Mercados de Energia e Estratégias reuniu-se pela primeira vez em março de 2012 para discutir o fornecimento de gás durante a onda de frio no início do ano, a redução nos volumes transportados pelo Druzhba, as reformas

russas no setor e a coordenação do trabalho sobre o *Roteiro para a Cooperação Energética UE-Rússia até 2050*, cujos trabalhos prosseguiram na reunião seguinte, em julho (CE, 2013, p. 21). Em novembro, preparou a organização do sétimo Conselho Permanente de Parceria Energética¹⁹ (CE, 2013, p. 21). Em 2013, o grupo discutiu os desenvolvimentos nos setores energéticos da UE e da Rússia, assim como o programa nacional russo para a eficiência energética e o desenvolvimento energético até 2020 (UE-Rússia, 2014, p. 5).

Aquando da sua criação, foram constituídos dois subgrupos: a) Subgrupo sobre Cenários e Previsões e b) Subgrupo sobre as Relações UE-Rússia até 2050. O primeiro reuniu-se pela primeira vez em junho de 2012, e apoiou os trabalhos do Conselho Consultivo do Gás para discutir o consumo do gás na UE, em outubro do mesmo ano (CE, 2013, p. 22). O segundo foi criado após a reforma estrutural de 2011, embora não haja qualquer registo da sua atividade nos relatórios do Diálogo Energético. Em 2014, este subgrupo foi extinto e substituído pelo Grupo de Monitorização para o Roteiro até 2050.

O Grupo Temático sobre Eletricidade foi criado em 2011, não tendo reunido em 2012. Nos relatórios seguintes, não existe qualquer informação acerca das atividades deste grupo. O Grupo Temático sobre Energia Nuclear reuniu-se pela primeira vez em outubro de 2012 para discutir e estabelecer os seus objetivos e o seu plano de trabalho (CE, 2013, p. 22). Em 2013, o grupo discutiu a “segurança das instalações nucleares europeias e russas existentes e previstas com base nos resultados dos testes de *stress*”, a proposta de alteração da diretiva europeia relativa à segurança e “as possibilidades de partilhar mais informações sobre testes de *stress* e ações de acompanhamento” (UE-Rússia, 2014, pp. 6-7).

A maior inovação na estrutura organizacional foi a criação do Conselho Consultivo do Gás, que se diferenciava por ser um mecanismo de apoio ao trabalho desenvolvido pelos coordenadores e os grupos temáticos, segundo uma filosofia de

¹⁹ O Conselho Permanente de Parceria não integrava a estrutura do Diálogo, mas podia estabelecer linhas orientadoras para o mesmo. De caráter flexível, o Conselho reunia o Alto Representante, os Comissários ou os ministros da presidência rotativa do Conselho (pela UE) e os ministros russos. As suas reuniões ocorriam várias vezes por ano, consoante as temáticas abordadas: negócios estrangeiros, ambiente, investigação, energia e liberdade, segurança e justiça (ESPO, 2013).

trabalho que promovia a discussão transparente e independente. Foi constituído em 24 de fevereiro de 2011, por sugestão do Ministério russo da Energia, após a reunião dos coordenadores do Diálogo, “para avaliar as tendências futuras no setor do gás, a fim de reduzir os riscos e aproveitar as oportunidades em matéria de cooperação” (UE-Rússia, 2011a, p. 1). Os seus objetivos consistiam em “avaliar os desenvolvimentos dos mercados do gás”, “avaliar o desenvolvimento da produção, procura e transporte de gás”, “avaliar o desenvolvimento de perspetivas de fornecimento e de consumo” e “discutir aspetos relacionados com estruturas de mercado e infraestruturas” (UE-Rússia, 2011a, p. 1). A sua existência foi tida como crucial para “evitar conflitos e mal-entendidos sobre o gás nas relações entre a Rússia e a UE” (UE-Rússia, 2012a, p. 4).

O Conselho era composto por um total de 34 membros, distribuídos de forma igual por ambas as partes, dentre oficiais governamentais e de organizações internacionais, especialistas, empresários e académicos (UE-Rússia, 2012e). Cada parte nomeava um orador que copreside o Conselho, que coordenavam as suas atividades e eram apoiados por um representante do Ministério russo da Energia e da Direção-Geral da Energia da Comissão Europeia, que copresidiam cada encontro do Conselho. Os assuntos a serem tratados correspondiam aos definidos no plano anual de trabalhos (UE-Rússia, 2011a, p. 2).

As suas reuniões ocorriam a cada trimestre para discutir e avaliar as relações UE-Rússia referentes ao gás, em três vertentes distintas: “questões correntes”, como o funcionamento dos mercados do gás; “implicações a curto e longo prazo” para as infraestruturas da rede; e “possíveis tendências a longo prazo” na produção e fornecimento de gás (UE-Rússia, 2011b, p. 2; UE-Rússia, 2011c, p. 1). Os resultados de cada encontro materializavam-se em conclusões ou recomendações sobre as perspetivas futuras do Diálogo e o trabalho a ser desenvolvido pelos grupos temáticos (UE-Rússia, 2011a, p. 1). O Conselho reuniu-se pela primeira vez a 17 de outubro de 2011, em Viena, para definir a sua orgânica e o seu plano de trabalho (UE-Rússia, 2011c, p. 1). Na segunda reunião, a 24 de janeiro de 2012, foram realizadas apresentações sobre os setores energéticos russo e europeu e apresentada a primeira

agenda a longo prazo para as relações UE-Rússia em relação ao gás (UE-Rússia, 2012c, p. 1).

Os seus trabalhos foram subdivididos em três grupos de trabalho: 1 - Cenários Energéticos e o Roteiro para a Energia 2050, 2 - Mercados de Gás e 3 - Infraestruturas. O Grupo de Trabalho 1 surgiu das reservas quanto aos cenários do Roteiro, após terem sido notadas diferenças entre os vários cenários e previsões sobre o gás, que, embora não fossem determinantes, poderiam gerar desconfiança e incerteza entre os investidores (UE-Rússia, 2012c, p. 1). O seu principal objetivo consistiu em elaborar uma proposta para o capítulo sobre o gás do *Roteiro UE-Rússia até 2050*, que se encontrava em discussão ao mais alto nível, com o apoio do Grupo Temático sobre Mercados de Energia e Estratégias (UE-Rússia, 2012b, p. 2). O grupo orientou a sua discussão em torno dos três principais riscos para as relações bilaterais sobre o gás: procura e aprovisionamento, onde foram considerados dois cenários de declínio e de aumento na procura de gás russo pela UE; infraestruturas e regulação, em que foi debatido o interesse da Gazprom na mudança dos pontos de entrega; e políticos, sobre a possível discriminação da UE em relação ao gás russo e a motivação política de ambas as partes nos termos comerciais das suas políticas energéticas (UE-Rússia, 2013, pp. 1-2).

O Grupo de Trabalho 2 surgiu da necessidade de prosseguir com as consultas a especialistas sobre a implementação do Terceiro Pacote de Energia da UE. Os objetivos desta linha de trabalho compreendem a continuação dessas consultas e a análise das principais questões do mercado russo de gás (UE-Rússia, 2012c, p. 2). As principais linhas de discussão relacionaram-se com a segurança no fornecimento e na procura, os preços, a capacidade de transporte e as possíveis consequências do Terceiro Pacote de Energia para o mercado russo (UE-Rússia, 2012b, pp. 3-4).

Finalmente, o Grupo de Trabalho 3 focou-se na “promoção de novos projetos de infraestruturas de gás”, na “elaboração de critérios para definir os projetos de interesse comum entre a Rússia e a UE”, na elaboração de “recomendações sobre o conteúdo das provisões quanto à infraestrutura eficiente e mutuamente aceitável do novo acordo internacional UE-Rússia”, na garantia “da segurança e confiabilidade da infraestrutura de gás existente” e na “discussão de custos, benefícios e viabilidade geral

(incluindo tarefas associadas) de um potencial de serviço europeu de distribuição de gás” (UE-Rússia, 2012d, p. 3). Apesar do sucesso das discussões levadas a cabo pelos grupos de trabalho, as atividades programadas para 2014 foram suspensas.

7. QUARTA REESTRUTURAÇÃO (2014)

A última alteração à orgânica do Diálogo ocorreu em 2014, resultante da remoção da Parceria para a Modernização da estrutura, devido à perda da sua importância no quadro das relações bilaterais entre a UE e a Rússia, e a conversão do subgrupo sobre as Relações UE-Rússia até 2050 no Grupo de Monitorização para o Roteiro até 2050, uma vez que a função do subgrupo de preparar o documento findou com a sua aprovação em março de 2013. Assim, em 2014, o Diálogo Energético encontrava-se alicerçado em (Figura 4):

a) Dois coordenadores, representando cada uma das partes – o Comissário Europeu para a Energia e o Ministro russo da Energia. Reuniam-se regularmente e tinham como função coordenar e definir as linhas de orientação do trabalho desenvolvido pelo Diálogo. As suas atividades, que se resumiam a meros encontros bilaterais até dezembro de 2008, incluíam a definição da agenda e recomendações aos grupos temáticos e a discussão de assuntos transversais (CE, 2009, p. 21). Os coordenadores eram apoiados por dois coordenadores delegados, cada um representando a UE e a Rússia.

b) Os quatro grupos temáticos resultantes da anterior reestruturação, copresididos por um elemento representante de cada uma das partes. O seu objetivo era apoiar e aprofundar a parceria energética, contribuindo para a sua estabilidade e durabilidade, através de um trabalho orientado por programas de médio a longo prazo e submetidos à aprovação dos coordenadores do Diálogo (UE-Rússia, 2007a, p. 3). Para o cumprimento dos seus objetivos, reuniam-se regularmente e podiam ser apoiados por subgrupos especializados, sendo diferenciados os seus propósitos e atividades.

c) Um grupo de monitorização para o Roteiro UE-Rússia até 2050.

d) O Conselho Consultivo do Gás e os seus grupos de trabalho.

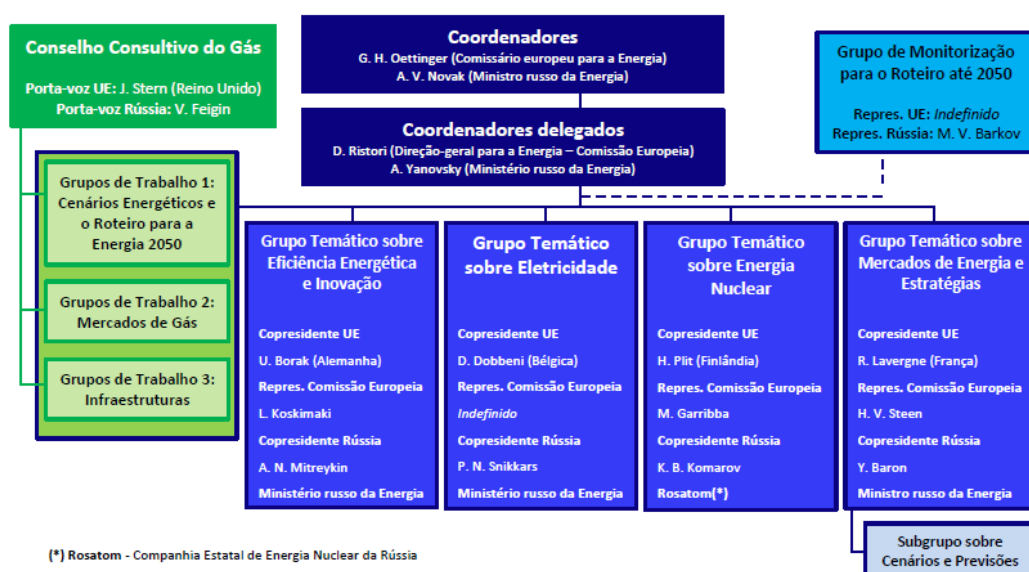


Figura 4 – Organograma da estrutura organizacional do Diálogo Energético desde 2014. Composição dos grupos temáticos em 2014. Fonte: Camacho (2016).

Apesar destas alterações terem entrado em vigor em 2014, o Diálogo Energético nunca funcionou segundo estes moldes, em consequência da suspensão das relações diplomáticas entre a UE e a Rússia. Esta suspensão deve-se à anexação da Crimeia pela Rússia a 18 de março desse ano, pela celebração de um tratado que oficializou a anexação da península ucraniana pela Rússia, após um referendo no território dois dias antes, em que 96,7% votaram pela integração da Crimeia na Federação Russa (Somin, 2014; BBC, 2014). Estes acontecimentos intensificaram protestos pró-russos na zona leste da Ucrânia desde então, especialmente nas regiões de Luhansk e Donetsk (OSCE, 2017). A maioria da comunidade internacional condenou expressamente a Rússia pelo seu papel no desenrolar da situação e pela anexação da Crimeia, não reconhecendo a legitimidade dos atos e defendendo a integridade do território ucraniano (ONU, 2014), uma vez que o referendo e a posterior anexação do território ucraniano violam o direito internacional e a Constituição da Ucrânia (Marxsen, 2014, pp. 380-389).

8. CONCLUSÕES

Ao longo deste artigo, procurámos detalhar o percurso prosseguido pelo Diálogo Energético UE-Rússia, durante os seus 14 anos de atividade. O Diálogo, instituído em 2000 para aprofundar a cooperação energética entre as partes, sofreu sucessivas reformas à sua estrutura organizacional, principalmente devido às interrupções no fornecimento de gás à Ucrânia em 2006 e 2009. Contudo, as relações bilaterais foram interrompidas em 2014, no decurso da situação crítica na Ucrânia, pelo que nos cumpre analisar se a sua estrutura organizacional foi eficaz no desenvolvimento da cooperação energética entre a UE e a Rússia.

Ao analisarmos o Diálogo Energético quanto à sua estrutura, verificamos que este encontrou-se limitado na sua atividade. A praticabilidade e a dinâmica do Diálogo estiveram restringidas durante os primeiros quatro anos da sua existência. As suas atividades consistiram em duas reuniões anuais dos dois coordenadores, que discutiram alguns assuntos importantes sem qualquer resultado prático. A estrutura resumia-se, ela própria, aos coordenadores, apoiados por administrativos, sem qualquer pessoal especializado que materializasse as metas do Diálogo, através da elaboração, execução e avaliação de estratégias, projetos e políticas energéticas. A satisfação dessa necessidade viria a ocorrer somente em 2005, com a constituição de grupos temáticos para discutirem e analisarem assuntos específicos, reunindo técnicos especializados sob um plano de trabalho pré-definido. Consideramos, assim, que os primeiros quatro anos revelaram dificuldades para o estabelecimento de um diálogo mais abrangente e representaram um sério obstáculo ao desenvolvimento de uma agenda objetiva, com capacidade para responder a desafios e necessidades das partes.

As sucessivas reorganizações institucionais a partir de 2005 assinalaram a falta de solidez das bases do Diálogo Energético, prejudicando o cumprimento da sua agenda. Sem perder a matriz intergovernamental, o Diálogo sofreu quatro alterações na sua orgânica em apenas nove anos. Duas dessas alterações surgiram na sequência das interrupções ao fornecimento de gás russo à Ucrânia em 2006 e 2009. Este facto assinala a insuficiência das alterações de 2005 e de 2007 em conseguirem arquitetar, no

seu quadro institucional, uma estratégia de prevenção ou de contenção das consequências de uma futura interrupção ao fornecimento de gás, que viria a ser colmatada com a instituição do Mecanismo de Alerta Rápido.

À parte destas considerações, as alterações podem oferecer uma leitura positiva sobre a dinâmica do Diálogo, denunciando a maleabilidade da estrutura organizacional para se adaptar às circunstâncias e às necessidades do presente. Nós consideramos que, apesar das duas primeiras reorganizações não terem impedido os cortes no fornecimento de gás, simbolizaram a especialização dos trabalhos do Diálogo e estabeleceram as bases para a estrutura organizacional atual.

As discussões decorridas no Diálogo Energético não tiveram transposição ou influência direta no processo de tomada de decisão da UE ou da Rússia, embora tenham produzido alguns efeitos na aplicação de diretrizes legislativas pelo governo russo para melhorar a política fiscal e o acesso ao investimento. Foram várias as temáticas abordadas no quadro deste diálogo, destacando-se o investimento e o papel dos contratos a longo prazo na garantia do mesmo, os projetos estratégicos de interesse comum, a eficiência e a eficácia energética, o desenvolvimento dos mercados energéticos, a definição de estratégias a longo prazo, a análise de cenários e previsões sobre padrões de produção e de consumo, e a segurança energética. Estas discussões confirmaram o papel determinante do Diálogo na promoção da comunicação entre as duas partes sobre a energia, contrapondo com a opacidade da década de 1990, e beneficiaram do trabalho desenvolvido pelos grupos temáticos, pelo Centro Tecnológico e pelo Conselho Consultivo do Gás, cujo leque de atividades estimulou a pluralidade de opiniões e argumentos, tais como reuniões, conferências e *workshops*.

A descontinuidade do Conselho Consultivo do Gás significou um retrocesso na dinâmica do Diálogo Energético e hipotecou parte do trabalho já desenvolvido. O estabelecimento deste mecanismo foi um sucesso para o desenvolvimento das relações entre as partes, afirmando-se como um espaço privilegiado para a discussão sobre o gás nas suas mais variadas vertentes, reunindo regularmente os mais diversos especialistas, num ambiente quase académico. Essa característica permitiu o desenvolvimento das suas atividades de forma transparente e independente,

fornecendo análises importantes para a concretização das ações desenvolvidas pelo Diálogo. Apesar da sua curta existência de dois anos, o Conselho foi uma das iniciativas mais bem-sucedidas deste diálogo, pelas suas realizações e pelo ambiente de trabalho gerador de cooperação. Embora a sua extinção não seja clara, nós consideramos que espelha a deterioração das relações bilaterais no quadro do Diálogo Energético. A sua extinção prejudicou o impacto positivo que o trabalho desenvolvido no aprofundamento das relações bilaterais sobre o gás, essencial para a beneficiação e atualização das infraestruturas na Rússia.

O reduzido nível de transparência e de consistência no acesso à informação acerca das atividades desenvolvidas pelo Diálogo Energético tiveram um impacto negativo. O Diálogo foi uma excelente oportunidade para a UE desmitificar receios e perceções sobre a Rússia, principalmente como fornecedor fiável de energia para a Europa. Embora as atividades promovidas por este diálogo tenham-se intensificado após a segunda reestruturação, a qualidade da informação disponível e a sua divulgação junto dos cidadãos europeus foram muito modestas e quase impercetíveis. Exemplo disso é a página “oficial” do Diálogo, enquadrada na página institucional da Comissão Europeia, cujos conteúdos são reduzidos e não se encontram completos, detetando-se vários documentos em falta, incluindo os relatórios anuais que sumarizam as atividades desenvolvidas. Não se compreende como a UE não consegue facilitar e promover o livre acesso a essa documentação a todos os cidadãos, quando esse é um dos principais traços distintivos da UE.

Assim, qualquer cidadão que deseje compreender a dinâmica e o trabalho desenvolvido pelo Diálogo desde a sua implementação, enfrenta dificuldades no acesso à informação, que se encontra dispersa por várias páginas institucionais ou condicionada a um pedido formal aos serviços e organismos da UE. Para além disso, a informação veiculada nesses documentos é parca e omissa em diversos aspetos, relevando um certo secretismo sobre as discussões ocorridas. A exceção à regra foi o Conselho Consultivo do Gás, cujas discussões são detalhadamente explicadas nos seus relatórios, disponibilizados na íntegra com os termos de referência do Conselho e outros documentos.

A exclusão dos países de trânsito da mesa das discussões não contribuiu para a eficácia do Diálogo Energético. A participação dos países de trânsito, nomeadamente a Bielorrússia e a Ucrânia, deveria ter sido equacionada aquando da criação do Diálogo, por serem peças fundamentais nos fluxos energéticos entre o fornecedor e os consumidores, neste caso a Rússia e os Estados-membros da UE. O transporte de gás natural e petróleo russos para a Europa depende, em larga medida, da passagem pela Bielorrússia e a Ucrânia e das suas infraestruturas. Embora as partes tivessem consciência deste facto e de que a manutenção e a atualização da rede de infraestruturas nos países de trânsito fossem fulcrais para a segurança energética, estes não tiveram nenhuma oportunidade de se expressarem em sede do Diálogo. Fora deste, as iniciativas europeias em facultar um enquadramento legal único para as suas relações energéticas com a Rússia e os países de trânsito falharam, devido à Rússia ter recusado as disposições da Carta Europeia de Energia e do Tratado da Carta da Energia e a sua integração na Política Europeia de Vizinhança e na Comunidade de Energia.

Consideramos que o Diálogo deveria ter encetado reuniões multilaterais com os países de trânsito ou mesmo integrá-los, embora esta última opção seja pouco plausível, permitindo que tivessem uma voz mais ativa sobre os investimentos e projetos de interesse comum e garantindo um possível enquadramento para a resolução de disputas sobre o fornecimento de gás. Este poderia ter evitado as interrupções na Ucrânia ou, em última instância, contribuído para uma suavização mais célere das suas consequências. Neste aspeto, consideramos que o Diálogo foi incapaz de prever, conter ou solucionar essas falhas, revelando as fraquezas da sua organização, que, inclusivamente, impeliram para algumas das reformas estruturais, como referimos, e a criação do Mecanismo de Alerta Rápido. Além disso, consideramos que os países de trânsito foram, deliberadamente, excluídos de qualquer diálogo ou enquadramento comum para a energia, por forma a manter um espaço de influência comum, resultando numa contínua disputa entre a UE e a Rússia sobre essa mesma influência (como o caso da Ucrânia), ou garantir a influência pós-soviética da Rússia sobre algumas ex-repúblicas socialistas soviéticas (como o caso da Bielorrússia).

Estas condicionantes internas tiveram um impacto negativo na concretização e alguns dos objetivos estabelecidos pelo Diálogo. Poucas realizações advieram das discussões sobre o investimento, apenas reconheceu-se os contratos *take or pay* como o baluarte de qualquer investimento na rede, mantendo-se os seus principais trâmites inalterados (como a cláusula de destino) e sem capacidade para responder aos desafios eminentes da Rússia, devido à falta de capital necessário para incrementar a sua capacidade de produção e de transporte. Este aumento é essencial para a Rússia dar resposta às necessidades de um mercado energético crescente e exigente.

A garantia de segurança e a adequação técnica das infraestruturas revelou-se insuficiente, apesar de ter sido previsto o financiamento necessário para a elaboração de um projeto de modernização. No respeitante ao aumento na utilização de energias renováveis e tecnologias amigas do ambiente na Rússia, a UE procurou que essa participasse no combate global às alterações climáticas, uma das grandes bandeiras da UE, mas também garantisse um maior volume de petróleo e gás natural para exportação. Assim, uma maior proporção de energias limpas na produção energética permitiria à Rússia ter uma maior quantidade de gás natural e petróleo para responder à procura externa. Este objetivo contribuiria para a garantia da segurança energética da UE, ainda que não tenha surtido o efeito desejado. Apesar de ter sido um tema sobejamente debatido e da intenção em desenvolver projetos e planos para a sua implementação, não foram concretizadas ações concretas que significassem uma maior proporção das energias renováveis na Rússia.

Contudo, verificamos que o Diálogo Energético se tornou num fórum para as várias discussões sobre a energia, através dos seus grupos temáticos e dos grupos de trabalho do Conselho Consultivo do Gás, permitindo o intercâmbio de ideias sobre os projetos legislativos. A UE e a Rússia utilizaram-no como plataforma para apresentarem as suas mais recentes iniciativas sobre estratégias, políticas e legislação para a energia. Contribuiu, com sucesso, na promoção da eficiência e da poupança energética pelo estabelecimento de diretrizes, a elaboração de relatórios de monitorização energética e a programação de várias ações que se concretizaram em projetos concretos e exequíveis. Este sucesso prende-se com o baixo nível de politização e de compromisso,

pois as discussões em torno das estratégias e propostas legislativas não tinham caráter vinculativo e os projetos de eficiência energética não contrariavam a política energética da Rússia, ao beneficiar e garantir financiamento para as suas infraestruturas.

Em suma, e perante o exposto, consideramos que a arquitetura institucional do Diálogo Energético revelou-se ineficaz para a concretização da sua missão. Ainda assim, o Diálogo Energético foi o expoente máximo do aprofundamento das relações energéticas, representando uma oportunidade para enquadrar a energia na relação bilateral UE-Rússia, com particular enforque para o petróleo e o gás natural pela sua importância para ambas as economias. Deste modo, o Diálogo simbolizou a vontade da UE e da Rússia em convergirem os seus mercados energéticos, reunindo diversos oficiais, técnicos, empresários e académicos ao mais alto nível, permitindo-lhes a discussão de variadas matérias sobre a energia e a realização de atividades e projetos que contribuíssem positivamente para os mercados energéticos da UE e da Rússia.

BIBLIOGRAFIA

BBC, 2014. Ukraine crisis: Putin signs Russia-Crimea treaty. *BBC*, 18 de março. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-26630062> [Consultado em 20 de março de 2017].

Boussena, S. e Locatelli, C., 2013. Energy institutional and organisational changes in EU and Russia: Revisiting gas relations. *Energy Policy*, [pdf] 55, pp. 180-189. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2012.11.052> [Consultado em 11 de março de 2017].

Camacho, P., 2016. *A Energia na relação União Europeia-Rússia: 2000-2015*. [pdf]. Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, FCSH – Universidade Nova de Lisboa. 253 pp. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/20182> [Consultado em 10 de março de 2017].

CE (Comissão Europeia), 2000. *EU/Russia Summit Joint Declaration on strengthening dialogue and cooperation on political and security matters in Europe*

- (IP/00/1239). [Comunicado de Imprensa] 30 de outubro de 2000. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-00-1239_en.htm?locale=en [Consultado em 12 de março de 2017].
- , 2009. *EU-Russia Common Spaces – Progress Report 2008*. [pdf] Disponível nos arquivos do Serviço Europeu de Ação Externa.
- , 2010. *EU-Russia Common Spaces – Progress Report 2009*. [pdf] Disponível em: http://www.st-gaterus.eu/media/commonsplaces_prog_report_2009_en.pdf [Consultado em 13 de março de 2017].
- , 2011. *EU-Russia Common Spaces – Progress Report 2010*. [pdf] Disponível em: https://eeas.europa.eu/russia/docs/commonsplaces_prog_report_2010_en.pdf [Consultado em 3 de março de 2017].
- , 2012. *EU-Russia Common Spaces – Progress Report 2011*. [pdf] Disponível nos arquivos do Serviço Europeu de Ação Externa.
- , 2013. *EU-Russia Common Spaces – Progress Report 2012*. [pdf] Disponível em: http://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/commonsplaces_prog_report_2012_en.pdf [Consultado em 13 de março de 2017].
- , 2016. *Russia*. [em linha] Disponível em: <https://ec.europa.eu/energy/en/topics/international-cooperation/russia> [Consultado em 12 de março de 2017].
- EBRD (European Bank for Reconstruction and Development), 2013. *Sustainable Energy Initiative in Russia*. [pdf] Disponível em: <http://www.ebrd.com/documents/comms-and-bis/sustainable-energy-initiative-in-russia-.pdf> [Consultado em 23 de março de 2017].
- EIA (US Energy Information Administration), 2015. *Russia – International Analysis*. [em linha] Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=RUS> [Consultado em 26 de março de 2017].

- ESPO (European Strategic Partnerships Observatory), 2013. Permanent Partnership Council (PPC). [em linha] Disponível em: <http://strategicpartnerships.eu/dialogues/eu-russia-permanent-partnership-council-ppc/> [Consultado em 13 de março de 2017].
- Eurostat, 2015. Complete energy balances - annual data. [em linha] Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=nrg_110a&lang=en [Consultado em 14 de março de 2017].
- Genç, S., 2009. Energy Nexus Between Russia and the EU: Competition and Dialogue. *Akademik Arastirmalar Dergisi*, (40), pp. 15-31.
- Government of the UK, 2005. UK Presidency Priorities as set out by the UK Prime Minister to the European Parliament - 23 June 2005. *UK Presidency of the EU*. [em linha] Disponível em: <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20100202100434/http://www.eu2005.gov.uk/servlet/Front?pagename=OpenMarket/Xcelerate/ShowPage&c=Page&cid=1119518580438> [Consultado em 15 de março de 2017].
- IPEEC (International Partnership for Energy Efficiency Cooperation), 2016. Introduction. [em linha] Disponível em: <http://www.ipeec.org/cms/1-introduction-.html> [Consultado em 12 de março de 2017].
- Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, Número L 327, de 28 de novembro de 1997 – *ACORDO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO que estabelece uma parceria entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a Federação da Rússia, por outro.*
- Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, Número L 157, de 24 de junho de 1999 – *Estratégia Comum da União Europeia de 4 de junho de 1999 em relação à Rússia.*
- Light, M., 2008. Keynote Article: Russia and the EU: Strategic Partners or Strategic Rivals? *Journal of Common Market Studies*, [pdf] 46(1), pp. 7-27. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-5965.2008.00808.x> [Consultado em 19 de março de 2017].

Lynch, D., 2004. Russia's Strategic Partnership with Europe. *The Washington Quarterly*, 27(2), pp. 99-118.

Marxsen, C., 2014. The Crimea Crisis - An International Law Perspective. *ZaöRV*, [pdf] (74), pp. 367-391. Disponível em: http://www.mpil.de/files/pdf4/Marxsen_2014_-_The_crimea_crisis_-_an_international_law_perspective.pdf [Consultado em 17 de março de 2017].

Nord Stream AG., s.d.. Operations. [em linha] Disponível em: <http://www.nord-stream.com/operations/> [Consultado em 29 de março de 2017].

ONU (Organização das Nações Unidas), 2014. *Resolution A/RES/68/262 adopted by the General Assembly on 27 March 2014 – 68/262. Territorial integrity of Ukraine*. 1 de abril. [pdf] Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/262 [Consultado em 13 de março de 2017].

OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), 2017. Daily and spot reports from the Special Monitoring Mission to Ukraine. [em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/ukraine-smm/reports> [Consultado em 12 de março de 2017].

Polkinghorne, M., 2014. Take-or-Pay Conditions in Gas Supply Agreements. *Paris Energy Series*, [pdf] (7), pp. 1-8. Disponível em: <http://www.whitecase.com/sites/whitecase/files/files/download/publications/alert-Paris-Energy-Series-No7-October-2014.pdf> [Consultado em 18 de março de 2017].

Romanova, T. , 2014. Russian energy in the EU market: Bolstered institutions and their effects. *Energy Policy*, [pdf] 74, pp. 44-53. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2014.07.019> [Consultado em 13 de março de 2017].

Somin, I., 2014. The dubious Crimean referendum on annexation by Russia. *The Washington Post*, 17 de março. [em linha] Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/volokh-conspiracy/wp/2014/03/17/the->

[dubious-crimean-referendum-on-annexation-by-russia/?utm_term=.4480d570285d](#) [Consultado em 15 de março de 2017].

- UE-Rússia, 2001. *EU-Russia Energy Dialogue – Synthesis Report*. Bruxelas/Moscovo. [pdf]
Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2002a. *EU-Russia Energy Dialogue – Second Progress Report*. Bruxelas/Moscovo.
[pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2002b. *EU-Russia Energy Dialogue – Third Progress Report*. Bruxelas/Moscovo.
[pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2003. *EU-Russia Energy Dialogue – Fourth Progress Report*. Bruxelas/Moscovo.
[pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2004. *EU-Russia Energy Dialogue – Fifth Progress Report*. Bruxelas/Moscovo.
[pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2005a. *EU-Russia Energy Dialogue – Sixth Progress Report*. Bruxelas/Moscovo.
[pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2005b. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Efficiency*. [pdf]
Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2005c. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Investments: Mission statement*. Moscovo. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2005d. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Infrastructures: Terms of Reference*. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2005e. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Trade: Mission statement*. Moscovo. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2006a. *EU-Russia Energy Dialogue – Seventh Progress Report*. Bruxelas/Moscovo.
[pdf] Disponível em: <http://www.enpi->

- info.eu/library/sites/default/files/attachments/progress7_en.pdf [Consultado em 13 de março de 2017].
- , 2006b. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Efficiency: Final report of the Thematic Group on Energy Efficiency of the EU-Russia Dialogue.* [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2006c. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Investments.* [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2006d. *EU-Russia Energy Dialogue – Report of Energy Infrastructure Theme Group.* [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2006e. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Trade: Joint Report.* [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2007a. *EU-Russia Energy Dialogue – Eighth Progress Report.* Bruxelas/Moscovo. [pdf] Disponível em: http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/attachments/progress8_en.pdf [Consultado em 13 de março de 2017].
- , 2007b. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Efficiency: Terms of Reference.* [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2007_energy_efficiency_terms_of_reference_en.pdf [Consultado em 23 de março de 2017].
- , 2007c. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Market Developments: Terms of Reference.* [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2007_market_dev_terms_of_reference_en_0.pdf [Consultado em 23 de março de 2017].
- , 2007d. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Strategies, Forecasts and Scenarios: Terms of Reference.* [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2007_energy_scenarios_terms_of_reference_en.pdf [Consultado em 23 de março de 2017].

- , 2008a. *EU-Russia Energy Dialogue – Ninth Progress Report*. Paris. [pdf] Disponível em: http://www.euneighbours.eu/library/sites/default/files/attachments/progress9_en.pdf [Consultado em 13 de março de 2017].
- , 2008b. *Energy Dialogue Between the EU and Russia – Thematic Group on Strategies, Forecasts and Scenarios: Interim Report*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2008_09_24_interim_report.pdf [Consultado em 23 de março de 2017].
- , 2009. *EU-Russia Energy Dialogue – The Tenth Progress Report*. Moscovo. [pdf]. Disponível em: http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/attachments/progress10_en_0.pdf [Consultado em 13 de março de 2017].
- , 2010a. *EU-Russia Energy Dialogue – Joint Report EU-Russia Energy Dialogue 2000-2010: Opportunities for our future Energy Partnership*. Bruxelas/Moscovo. [pdf] Disponível em: <http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/attachments/2010-11-report-10thtanniversaryfinal.pdf> [Consultado em 13 de março de 2017].
- , 2010b. *Report of the Thematic Group on Market Developments within the framework of the Russia-EU Energy Dialogue 2009-2010*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2009_2010_market_dev_report.pdf [Consultado em 23 de março de 2017].
- , 2010c. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Strategies, Forecasts and Scenarios: Activity Report 2010*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2010_scenarios_report.pdf [Consultado em 23 de março de 2017].
- , 2011a. *EU-Russia Gas Advisory Council – Rules of procedure*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2011_10_18_rules_of_procedure_final.pdf [Consultado em 14 de março de 2017].

- , 2011b. *EU-Russia Energy Dialogue – 12th Progress Report*. Moscovo. [pdf]
Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2011c. *Conclusions of the first meeting of the EU-Russia Gas Advisory Council*.
[pdf] Disponível em:
https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20111017_gac_conclusions.pdf [Consultado em 23 de março de 2017].
- , 2012a. *Conclusions of the 4th Meeting of the EU-Russia Gas Advisory Council*.
[pdf] Disponível em:
https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/gas_conclusions_four_meeting.pdf [Consultado em 26 de março de 2017].
- , 2012b. *Conclusions of the 5th meeting of the EU-Russia Gas Advisory Council*.
[pdf] Disponível em:
https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20130416_final_conclusions_5th_gac_meeting_moscow.pdf [Consultado em 23 de março de 2017].
- , 2012c. *Minutes of the Second Meeting of the EU-Russia Gas Advisory Council*.
[pdf] Disponível em:
https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/conclusions_gac_2_final.pdf [Consultado em 23 de março de 2017].
- , 2012d. *Conclusions of the 3rd Meeting of the EU-Russia Gas Advisory Council*.
[pdf] Disponível em:
https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/gas_conclusions_third_meeting.pdf [Consultado em 23 de março de 2017].
- , 2012e. *EU-Russia Gas Advisory Council*. [pdf] Disponível em:
https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2012_eu_russian_members_council.pdf [Consultado em 14 de março de 2017].
- , 2013. *Conclusions of the 6th EU-Russia Gas Advisory Council*. [pdf] Disponível em:
https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20130129_gac_conclusions.pdf [Consultado em 23 de março de 2017].

———, 2014. *EU-Russia Energy Dialogue – 13th Progress Report*. Moscovo. [pdf]
Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.